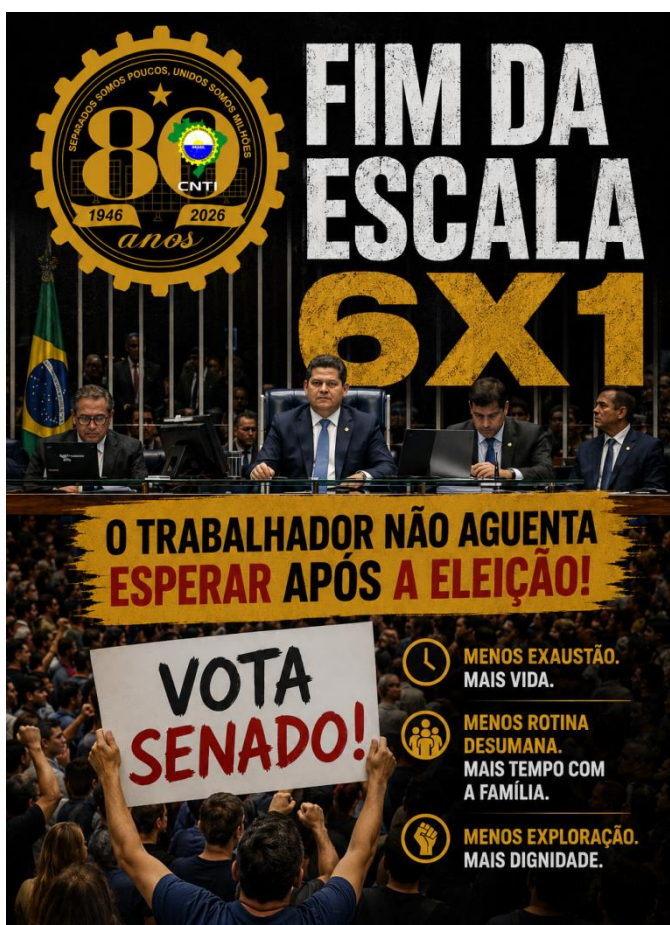




Brasília-DF, 02 de setembro de 2026



Centrais intensificam pressão no Senado pelo fim da escala 6x1



As centrais sindicais intensificaram nesta terça-feira (1º), em Brasília, a mobilização pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial.

A presidente da Nova Central Sindical de

Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, participou das atividades no Senado Federal acompanhada pelo Diretor de Relações Institucionais, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, pelo Diretor de Finanças, Wilson Pereira, e por outros dirigentes da entidade. A mobilização reuniu presidentes e representantes das centrais sindicais em defesa da proposta.



A mobilização ocorre às vésperas da análise da PEC 221/2019 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, prevista para esta quarta-feira (2). O relator, senador Omar Aziz (PSD-AM), apresentou parecer favorável à proposta.



Durante a mobilização, os dirigentes percorreram gabinetes e foram recebidos por senadores, entre eles Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM) e Renan Calheiros (MDB-AL), para apresentar a pauta e buscar apoio à aprovação da PEC.

Trabalho de convencimento

O diretor de Relações Institucionais da NCST, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, destacou a articulação realizada junto aos parlamentares.

“Nós estamos aqui no Senado Federal com a presidente da Nova Central, Sônia Zerino, e com o presidente da Contratuh, Wilson Pereira, fazendo um trabalho de convencimento aos senadores, porque amanhã será votado o fim da 6x1. Estamos tendo uma repercussão muito positiva. Já estivemos com o senador Otto Alencar, com o senador Omar Aziz, fomos recebidos pelo senador Renan Calheiros e estamos correndo rapidamente aos gabinetes.”

Moacyr também reforçou a importância da unidade do movimento sindical. “Gostaríamos de agradecer à Nova Central, à Contratuh e aos companheiros que estão aqui colaborando com o nosso trabalho. Nós estamos juntos, porque juntos somos fortes.”

Brasília-DF, 02 de setembro de 2026

Mobilização precisa continuar

Para Wilson Pereira, a mobilização precisa ser ampliada para garantir apoio à proposta nas próximas etapas de votação. "É um trabalho dignificante e que está muito bem apresentado. A gente viu, inclusive, por parte de vários senadores, a perspectiva de ser aprovado. É um trabalho que tem que ser realizado. Por isso, estamos chamando todos os dirigentes sindicais da União para que conversem com seus senadores, façam contato e peçam a aprovação amanhã na Comissão de Constituição e Justiça."



O dirigente ressaltou que, após a CCJ, a mobilização deverá continuar no plenário do Senado. "Logicamente, depois vamos para o plenário, para o Senado, e temos que trabalhar todos os senadores para que seja aprovada essa PEC."

Sônia Zerino destaca importância para as mulheres



A presidente da NCST, Sônia Zerino, reforçou a necessidade de pressão junto aos senadores e destacou os impactos da redução da jornada, especialmente para as mulheres.

"Nós estamos aqui numa ação concentrada, trabalhando com os senadores, pedindo apoio para que amanhã a Comissão de Constituição e Justiça aprove o fim da escala 6x1, sem redução do salário. Precisamos que os companheiros, nas suas bases, continuem fazendo a pressão por e-mail, pedindo aos senadores dos seus estados o apoio."

Sônia também destacou que a redução da jornada

representa melhores condições de trabalho e mais tempo para descanso e convivência familiar. "Melhores condições de trabalho significam ter dois dias de folga na semana, principalmente para nós, mulheres, que temos a dupla, a tripla jornada. Trabalhamos uma jornada fora e ainda temos as responsabilidades de casa e da família."

Vigília no Senado

As centrais sindicais realizam vigílias em frente ao Anexo II do Senado nesta terça, quarta e quinta-feira, a partir das 14h.

A NCST orienta trabalhadores e dirigentes sindicais a manterem a mobilização e pressionarem os senadores pela aprovação da PEC.

Fonte: NCST

PIB do Brasil cresce 0,5% no segundo trimestre, mostra IBGE

Em 12 meses, alta é de 1,9%



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

A economia brasileira cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026 na comparação com o primeiro trimestre.

Em relação ao segundo trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto dos bens e serviços produzidos no país, apresenta alta de 2%.

No acumulado de quatro trimestres, o PIB teve expansão de 1,9%.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o instituto, o PIB chegou a R\$ 3,4 trilhões no segundo trimestre.

No primeiro semestre, a economia expandiu 1,9% na comparação com a primeira metade de 2025.

O boletim Focus, sondagem do Banco Central (BC)

Brasília-DF, 02 de setembro de 2026

com instituições do mercado financeiro, divulgado nesta segunda-feira (31), projeta que 2026 deve terminar com crescimento do PIB de 1,92%.

Matéria completa:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-09/PIB-do-brasil-cresce-05-no-segundo-trimestre-mostra-ibge](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-09/ PIB-do-brasil-cresce-05-no-segundo-trimestre-mostra-ibge)

Fonte: Agência Brasil

Orçamento de 2027 expõe aperto fiscal e mantém juros nas alturas

PLOA prevê salário mínimo de R\$ 1.741, inflação de 3,6%, PIB de 2,46% e Selic média de 12,53%. Emendas parlamentares consomem R\$ 44,8 bilhões



O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, nesta segunda-feira (31), no limite do prazo constitucional, o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2027. A proposta combina tentativa de manter as contas públicas sob controle com cenário ainda marcado por juros elevados, crescimento moderado e forte pressão sobre as despesas obrigatórias.

O texto projeta superávit primário efetivo de R\$ 18,6 bilhões, equivalente a 0,13% do PIB (Produto Interno Bruto). Consideradas as despesas que podem ser legalmente excluídas do cálculo da meta, o resultado sobe para R\$ 83,4 bilhões, ou 0,56% do PIB; R\$ 10,1 bilhões acima do centro da meta, fixado em 0,5% do PIB, cerca de R\$ 73,2 bilhões.

A engenharia fiscal, contudo, revela o tamanho das restrições impostas ao próximo governo. O PLOA estabelece limite de R\$ 2,576 trilhões para as despesas primárias, alta de 7,7% sobre o limite de 2026, resultado da combinação da inflação acumulada de 4,64% até junho com o crescimento real de 2,5% permitido pelo arcabouço fiscal.

Juros ainda muito altos

O cenário macroeconômico projetado, portanto, pelo governo prevê PIB crescendo 2,46%, inflação de 3,6%, dólar médio a R\$ 5,22 e Selic média de 12,53% em 2027. A estimativa para os juros, embora inferior aos níveis atuais, continua elevada e representa um dos principais obstáculos à expansão mais vigorosa da economia.

A própria projeção de crescimento merece atenção: enquanto o governo trabalha com avanço de 2,46%, o mercado estima expansão de apenas 1,50%. A diferença evidencia que parte importante da aposta orçamentária depende de atividade econômica mais forte do que a esperada pelos agentes privados.

O quadro é agravado pelo custo da dívida pública. A dívida bruta chegou a 82,5% do PIB em julho, maior patamar em 5 anos, segundo o Banco Central. O resultado mostra que a geração de superávits primários, embora necessária, não resolve sozinha o problema quando os juros permanecem elevados.

Salário mínimo

O salário mínimo está projetado em R\$ 1.741, aumento nominal de R\$ 120, ou 7,4%, sobre os atuais R\$ 1.621. O reajuste incorpora ganho real e segue a política de valorização do piso nacional. O valor definitivo, porém, somente será conhecido após a divulgação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de novembro.

O aumento tem efeito direto sobre aposentadorias, pensões, BPC e outros benefícios vinculados ao mínimo. Segundo estimativas divulgadas pelo governo, cada R\$ 1 de aumento representa cerca de R\$ 413,2 milhões de impacto nas despesas públicas.

O reajuste, portanto, cumpre função econômica e social importante ao elevar a renda de milhões de brasileiros, mas também pressiona as despesas obrigatórias. É justamente nesse ponto que a política de valorização do salário mínimo entra em choque com a lógica de contenção imposta pelo arcabouço fiscal.

Emendas engordam o Orçamento

Outro ponto de tensão está nas emendas parlamentares. O PLOA reserva R\$ 44,8 bilhões para emendas individuais e de bancada. São R\$ 4 bilhões a mais que o previsto inicialmente no Orçamento de 2026. O montante ainda pode crescer durante a tramitação, com a inclusão de emendas de comissão.

O contraste é evidente: enquanto o Executivo impõe limites ao crescimento de despesas e busca controlar gastos obrigatórios, parcela expressiva do Orçamento permanece sujeita à disputa política no Congresso.

Brasília-DF, 02 de setembro de 2026

Nos últimos anos, o valor das emendas efetivamente aprovado pelo Legislativo superou as previsões originais do governo. Em 2025, chegou a R\$ 53 bilhões e, em 2026, a R\$ 61 bilhões.

Isso transforma a discussão orçamentária também numa disputa por espaço político. O Congresso terá poder significativo para alterar prioridades, deslocar recursos e ampliar a fatia destinada às emendas, reduzindo a margem de manobra do Executivo.

LDO atrasada

A tramitação do Orçamento começa sob anomalia: o Congresso ainda não aprovou a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2027, que deveria ter sido votada até 17 de julho. Com o atraso, LDO e LOA deverão tramitar conjuntamente na CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso.

A situação reforça característica recorrente da política orçamentária brasileira: o calendário constitucional é rígido para o Executivo, mas frequentemente submetido à negociação política no Legislativo.

A expectativa é que a CMO analise as propostas ao longo do segundo semestre, com apresentação de emendas e relatórios setoriais, antes da votação final pelo Congresso até dezembro.

Desafio de 2027

Mais do que simples peça contábil, o PLOA de 2027 apresenta o retrato das escolhas que estarão em disputa no próximo ano. De um lado, o governo promete responsabilidade fiscal, crescimento real das despesas dentro do arcabouço e resultado primário positivo.

De outro, enfrenta juros ainda muito altos, dívida crescente, despesas obrigatórias pressionadas e Congresso que controla parcela cada vez maior dos recursos orçamentários. Isso é uma anomalia ou jabuticaba.

Em nenhum país relevante do mundo, o parlamento tem poder orçamentário nesse nível.

O Orçamento prevê ganho real para o salário mínimo, mas em patamar ainda distante das necessidades de uma família trabalhadora. Ao mesmo tempo, reserva quase R\$ 45 bilhões para emendas parlamentares.

A contradição revela que o problema fiscal brasileiro não pode ser reduzido simplesmente ao tamanho das despesas sociais: envolve também o custo dos juros, a estrutura tributária, a dívida pública e a crescente apropriação política do orçamento, pelo Poder Legislativo.

Como resumiu o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o governo pretende manter o ganho real do salário mínimo e, simultaneamente, controlar o crescimento das demais despesas obrigatórias.

O desafio, porém, será transformar essa equação em realidade. Afinal, não basta produzir superávit no papel se o crescimento continuar limitado e os juros consumirem parcela elevada dos recursos públicos. O debate sobre o Orçamento de 2027 será, assim, também disputa sobre que País se pretende construir e quem pagará a conta do ajuste.

Fonte: Diap

Brasil cria 58,5 mil postos de trabalho em julho, aponta Caged



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 58.568 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em julho. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é 57,3% menor em relação a junho, quando o país criou 137.044 empregos.

A criação de empregos caiu 56,3% em comparação a julho do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 133.932 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de julho desde 2020, esse é o resultado mais baixo da série. A mudança da metodologia no Caged impede a comparação com anos anteriores a 2020.

Fonte: Agência Brasil